

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 39ª REUNIÃO**

Data: 24 e 25 de novembro de 2004

Local: Mini-auditório da SRH, SGAN Q 601, Lote 1, Ed. Sede da CODEVASF, 4º andar
Brasília/DF. CEP: 70830-901.

PARTICIPANTES CTPOAR:

- Ministério do Meio Ambiente - SRH: Roberto A. Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Marco Antônio Félix Figueiredo (marcofelix@ana.gov.br)
- Ministério dos Transportes: Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br)
- Ministério das Cidades: Sônia Lúcia Alves (sonia.alves@idades.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: Guilherme Antônio de Saboya Gouveia (guian.2000@bol.com.br)
- Ministério das Minas e Energia: Carlos R. da Costa (carlosrodrigues@dnpm.gov.br)
- Ministério da Saúde: Evandro Alves Machado (evandro.machado@funasa.gov.br)
- Conselhos Estaduais MG/ES: (ausência)
- Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais PR/MT: (ausência)
- Conselhos Estaduais CE/BA: Altamirano Vaz Lordêllo Neto (alordelo@srh.gov.br)
- Conselhos Estaduais RN/AL: Carlos Alberto Martins (cmartins@m.gov.br)
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Greice Bastos Federmann (greice@cemig.com.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Leane Chamma Barbar Przybysz (leanep@sanepar.com.br)
- Portuários e Hidroviários: (ausência)
- Indústria: Reginaldo Gomes (rgomes@ambigeo.com.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Celina Xavier de Mendonça (cexmend@uol.com.br)

CONVIDADOS:

- Ana Teresa Mattos M. de Sousa Pontes - DNOCS - (anateresa@dnocs.gov.br)
- Andréa Figueiredo - MME - (andrea@mme.gov.br)
- Carlos Rodrigues da Costa - MME - (carlosrodrigues@dnpm.gov.br)
- Célia Regina Buono Palis Poeta - SMA/SP - (celiap@cetesb.sp.gov.br)
- Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA - (cleidemar.valerio@mma.gov.br)
- Girlene Rodrigues Leite - FUNASA - (girlene.leite@funasa.gov.br)
- João Marcelo - FUNASA - (joao.marcelo@funasa.gov.br)
- José Augusto Monteiro Esteves - MT - (jose.esteves@transportes.com.br)
- Leonardo Mitre Alvim de Castro - ANA - (mitre@ana.gov.br)
- Maria de Lourdes Pereira dos Santos - CVRD - (maria.lourdes.santos@cverd.com.br)
- Maria Lorenzza Pinheiro Leite - SECTMA/PE - (lorenzza@sectma.pe.gov.br)
- Moema Pereira Rocha de Sá - MMA - (moema.sa@mma.gov.br)
- Oswaldo F. Rossetto Junior - Sec. Transp. SP - (orossetto@sp.gov.br)
- Rosa Helena de O. Martins - CETESB/SP - (rosam@cetesb.sp.gov.br)

- Rosa Mariette O. Geissler – IPAAM/AM – (geissler@ipaam.br
rmgeissler@yahoo.com.br)
- Sandra Ferraz de Sá Wanderley – SECTMA/PE – (sandraferraz@sectma.pe.gov.br)

RELATORIA CTPOAR:

- Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 10h do dia 24 de novembro do ano de dois mil e quatro, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (DAEE/SP), procedeu-se à abertura da 39ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A Presidente da CTPOAR agradeceu a presença, desejou um bom dia de trabalho e passou diretamente para o item 2 da pauta. *Item 2 – Aprovação da Ata da 38ª Reunião da CTPOAR.* A ata foi aprovada com modificações. *Item 3 – Análise dos artigos do PL 1616 referentes à outorga.* Introduzindo o assunto a Sra. Leila apresentou sua preocupação com o texto do PL 1616 por considera-lo confuso, repetitivo, contraditório, principalmente por não resgatar as resoluções do CNRH que dispõem sobre outorga. Comentou que apesar das boas sugestões da ANA para o texto do PL, ele poderia ser bastante melhorado. Lembrou que esse assunto está na CTPOAR, por solicitação da mesma à CTIL, que não se manifestou quanto ao prazo de análise e resposta, mas que uma ou mais duas reuniões seriam suficientes para análise, desde que com a dedicação de todos. Como metodologia de análise do texto, o Sr. Fred (MT) sugeriu que fosse feita a leitura do art. 1º, que define o objeto do Projeto de Lei, para que todos obtivessem uma noção geral do que a mesma traz, e que não fosse somente realizada a análise dos artigos referentes a outorga. Para iniciar a análise foi realizada a leitura dos artigos referentes à outorga, bem como as sugestões já existentes. Após a leitura o Sr. Fred comentou que a outorga não garantiria a vazão, e que fosse inserida uma observação priorizando os usos. O Sr. Carlos (CERH/RN) lembrou que a outorga não seria uma garantia. A Sra. Leila comentou que a definição da outorga existente na Resolução CNRH nº 16 seria mais clara e objetiva, diferentemente do PL 1616. O Sr. Helder (MME) disse que se o interesse do PL for dos gerentes e dos usuários o texto estará acrescentando muito pouco, questionando assim a sua existência, sendo que as modificações não interessavam. A Sra. Leila lembrou que a missão da CTPOAR seria de contribuir com o tema outorga no PL 1616. O Sr. Fred questionou a forma de entrada do assunto no CNRH, sendo pela CTIL, e que pelo seu entendimento deveria primeiramente ter passado pela CTPOAR e em seguida para a CTIL, que funciona como uma Comissão de Constituição e Justiça. Continuou dizendo que existem alterações substanciais entre as versões, ou seja, o PL 1616 e as contribuições encaminhadas pela CTIL. Assim a Sra. Leila questionou qual dos documentos seria analisado, a versão do PL 1616 ou a versão disponibilizada pela CTIL. O Sr. Fred ponderou que fosse criado um GT e que o mesmo iniciasse a análise verificando em que Comissão da Câmara dos Deputados o texto estaria e assim utilizá-lo. A Sra. Andréa (MME) lembrou a importância do PL no sentido de operacionalizar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e regulamentar pontos das Leis nºs 9.433/97 e 9.984/00. A Sra. Leila concretizou a intenção de criar um GT para analisar o PL a partir da proposta que se encontra no Congresso, e que deveria ocorrer de uma forma objetiva tendo em vista o tamanho da missão; que as reuniões do GT ocorressem no dia anterior ao da reunião da CTPOAR; que sua constituição fosse tripartite, ou seja, 9 pessoas, 3 de cada setor (MT, MME, Indústrias, Prestadores de Serviço de Saneamento, CERH PE/PB, CERH RN/AL e CERH RJ/SP). Para coordenação do GT foi acordado o representante do CERH/SP. O Sr. Marco Antônio (ANA) informou que a ANA já encaminhou suas sugestões e por isso não estaria participando do GT, e que aguardaria os desdobramentos na CTPOAR. Finalizando a Sra. Leila sugeriu que no

GT, em paralelo, também fosse verificado o texto disponibilizado pela CTIL. Antes de encaminhar para o próximo item de pauta a Sra. Leila solicitou informações sobre o encaminhamento do Ofício conjunto CTPOAR/CTAS à CTIL, sobre água mineral e a gestão de recursos hídricos; para tanto o Sr. Sebastião (relator da CTAS), informou sobre o encaminhamento dado pela CTIL ao documento, que foi enviado para as CONJURs dos Ministérios de Minas Energia e Meio Ambiente, e caso os pareceres fossem conflitantes o mesmo seria enviado para a AGU. De maneira geral o assunto estaria na mesma forma, sem consenso e conflitante, e que para avançar no impasse provavelmente ocorreria votação. A Sra. Leila também comentou que a Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental do CONAMA convidou a CTPOAR para discutir o assunto referente à proposta de resolução que dispõe sobre a integração de procedimentos das outorgas de uso de recursos hídricos com o licenciamento ambiental em sua 12ª Reunião, e que isso seria animador para aceitação da proposta de resolução. Aproveitando o momento a Sra. Raquel (SRH/MMA) informou sobre a nova composição da CTPOAR. *Item 4 – Análise das versões da proposta de resolução que estabelece diretrizes para o Plano de Utilização da Água na Mineração, conforme previsto na Resolução CNRH nº 29 de 11 de dezembro de 2002 – (Versão CTPOAR e Versão IBRAM).* Iniciando o assunto a Sra. Leila fez um relato sobre a metodologia que estava sendo utilizada na CTPOAR para aprimorar o texto da proposta de resolução. O Sr. Leonardo (ANA) mencionou que na última reunião da CTPOAR estavam em discussão duas propostas de resolução, sendo uma a da CTPOAR, que definia os estudos para o Plano de Utilização da Água – PUA e outra do IBRAM, que definia os portes dos empreendimentos, conforme a necessidade do PUA, e que nessa reunião chegou-se a um impasse, principalmente referente às definições dos portes, mas lembrou que a definição dos estudos a serem solicitados seria importante para o planejamento do empreendedor. Para tentar minimizar o impasse acordou-se uma reunião de trabalho, em Belo Horizonte, com a presença dos representantes das empresas mineradoras. Ele relatou que a reunião de trabalho foi proveitosa. Como resultado foi elaborada uma proposta de resolução que reduziu a definição de portes para duas, sendo que o PUA seria necessário para todos os portes e poderia ser simplificado em função do uso dos recursos hídricos no empreendimento. Finalizou dizendo que essa foi uma tentativa de conciliar as propostas existentes. O Sr. Reginaldo (Indústrias) comentou que a demanda do PUA veio do setor de mineração; que durante a reunião de trabalho tentou-se um consenso entre as demandas do setor mineral e de recursos hídricos, assim a proposta de resolução estaria sendo trazida para apreciação da CTPOAR. A Sra. Leila sugeriu que fosse realizada a leitura da proposta de resolução resultante da reunião de trabalho, por ser um texto que buscava o consenso. O Sr. Fred se posicionou contrário à definição dos portes, por considerar essa definição somente como explicativa e que isto já parecia ser consenso de todos, por ter ocorrido um acordo entre as partes durante a reunião de trabalho. O Sr. Leonardo ratificou que não ocorreu acordo e que a CT seria a responsável pela análise e modificações. Após a leitura da proposta o Sr. Leonardo citou que não seria possível estabelecer um valor de vazão que fosse justa para todo o país, e que, portanto esse parâmetro não teria sido inserido na definição dos portes. A Sra. Leila comentou que poderia ser tratado algum critério relativo a vazão incluindo a análise, demanda e disponibilidade hídrica junto aos portes, o que foi apoiado pela Sra. Rosa (CETESB), e sugeriu que fosse verificado um aperfeiçoamento quanto ao impacto nos recursos hídricos. O Sr. Leonardo lembrou que a definição de porte não se relaciona com o porte definido pelo órgão ambiental. O Sr. Helder disse que nas resoluções do CONAMA não são definidos portes, por ser uma resolução nacional, isso para evitar confusões, pois os Estados não possuem portes definidos. Foi realizado intervalo para almoço das 12h20 às 14h20. Após o almoço, foram reiniciados os comentários diretamente sendo apontadas modificações no texto. (Anexo 2 – Prop. Res. Versão 4). As discussões concentraram-se nos estudos que compõem o PUA, arts. 4º, 5º e 6º, destacando o balanço hídrico do

empreendimento. Lembraram que, os órgãos gestores estaduais poderiam ser mais restritivo na solicitação dos estudos. O Sr. Fred também comentou sobre a necessidade de ser indicado algum estudo referente à morfologia do leito do rio, as lixiviações das margens, contudo as Sras. Leila e Maria de Lourdes (CVRD) disseram que esses estudos seriam considerados nos estudos do licenciamento ambiental. O Sr. Fred pontuou sobre a possibilidade de que a outorga apele para o uso racional e que não altere a qualidade das águas, bem como a morfologia do rio. Assim o Sr. Leonardo e a Sra. Leila solicitaram ao Sr. Fred para providenciar um exemplo referente a esse caso aplicado à mineração, e um texto para ser inserido na proposta de resolução. A Sra. Greice demonstrou sua preocupação quanto ao monitoramento, que deveria ser melhor definido pelo órgão gestor para não afetar o planejamento do empreendedor. A reunião foi finalizada às 18h10 sendo ratificado o horário das 09h30 para a continuação da reunião para o próximo dia.

Data: 25/11/2004

Às 10h do dia 25 de novembro do ano de dois mil e quatro, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes, procedeu-se o reinício da 39ª Reunião da CTPOAR, a partir de um relato sobre os acontecimentos do dia 24/11, quanto a análise dos artigos do PL 1616 referente a outorga, sendo uma solicitação da CTPOAR, que entendeu que deveria criar um GT para examinar o PL em sua minuta original, sendo a composição do GT tripartite e reuniões em dias anteriores aos das reuniões da CTPOAR. Depois foi discutida a proposta de resolução que trata do Plano de Utilização da Água (PUA), em versão elaborada durante a reunião de trabalho ocorrida em Belo Horizonte/MG, que define dois portes e agrupa os estudos que integram o PUA, mas ainda necessita de contribuições, apesar do avanço no entendimento da questão. *Item 5 – Análise da proposta de resolução que dispõe sobre a integração de procedimentos da outorga de uso de recursos hídricos com o licenciamento ambiental – (Versão 04).* A Sra. Leila informou sobre a presença de alguns membros do GT que elaborou essa proposta de resolução para auxiliar no entendimento da questão. Relembrou que a Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental do CONAMA convidou a CTPOAR para apresentar a proposta de resolução em sua 12ª Reunião, dia 03/12; que o convite foi feito no sentido de integrar; de obter um aval do IBAMA e do MMA, principalmente considerando a dificuldade jurídica de publicação de normas referentes a competências de Conselhos distintos (CNRH e CONAMA). A Sra. Célia (CETESB) comentou sobre a importância, durante a reunião da CT do CONAMA, de se enaltecer a presença dos estados e dos órgãos de recursos hídricos e de meio ambiente. Após a leitura completa da proposta de resolução (Anexo II - versão 04) foi dado início ao debate. A Sra. Andréa lembrou da rotina utilizada no setor elétrico referente à outorga de Reserva de Disponibilidade Hídrica, e que o texto da proposta da resolução estaria prejudicando os procedimentos já aplicados para o setor elétrico. A Sra. Leila lembrou que o setor elétrico não ficaria excluído dessa resolução e que a mesma visaria definir procedimentos para os outros setores, buscando semelhança com o que o setor elétrico já faz. O Sr. Roberto (SRH/MMA) disse que estaria ocorrendo um equívoco de conceituação, ou seja, a Reserva de Disponibilidade Hídrica seria equivalente a manifestação prévia ou Outorga Preventiva, sendo os nomes para a mesma definição. Diante das informações prestadas a Sra. Andréa questionou sobre a necessidade de se tratar com distinção o setor elétrico. O Sr. Helder apoiou os comentários da Sra. Andréa, afirmando haver problemas se não ocorrer a distinção. O Sr. Leonardo comentou que, se fosse inserido outro termo, induziria à conclusão de que ele não seria equivalente, considerando que a declaração de reserva de disponibilidade hídrica fosse diferente de outorga preventiva. A Sra. Leila comentou que, para a ANEEL, nada modificaria, pois o termo limita-se a rios de domínio da União. Nos rios de domínio do estado a ANEEL se depararia com outros nomes, das legislações estaduais de outorga. Concluiu que os termos possuem o mesmo sentido, mas podem ter os mais diversos nomes, como já ocorre nos estados. Continuando, a Sra. Leila

explicou a diferença entre ato de outorga e procedimentos de outorga, sendo que nos procedimentos poderiam ocorrer vários atos. A Sra. Andréa argüiu se juridicamente seria possível dar conformidade a dois artigos, sendo que, pelo que foi relatado, a manifestação prévia seria uma espécie de termo “guarda-chuva”. Assim a Sra. Leila respondeu dizendo ser essa a intenção da resolução. Quanto ao texto da proposta de resolução o Sr. Fred comentou que a definição no inciso I deveria indicar que a autoridade fosse relacionada aos recursos hídricos. Os representantes do MME também fizeram propostas modificativas. O Sr. Altamirano (CERH/BA) ponderou sobre a dificuldade de utilizar o termo “procedimento” considerando que o nome outorga já estaria vinculado a um ato. O Sr. Helder disse veementemente que o MME era contra a proposta da resolução, assim solicitou uma votação quanto a inserção da definição de outorga de uso de recursos hídricos. Assim foram 3 votos a favor da proposta do MME (MME, MT, SRH), 6 votos contrários a proposta, podendo ser melhorado o texto (BA, RN, SP, Min, ANA, Prestadoras e Concessionárias) e uma abstenção (hidroviários). Nesse momento a Sra. Leila comentou que nunca fora conduzido por votação o entendimento no âmbito dessa CTPOAR, afinal sempre houvera um espírito de entendimento e convencimento após debates nesta CT. A Sra. Célia lembrou que primeiramente foi definido outorga de uso como procedimento e que a idéia não foi aceita, mas que o termo seria uma prática dos órgãos estaduais e por essa razão, na versão 3 dessa Resolução, sempre foram citados conjuntamente quando se tratava de procedimento. O Sr. Carlos, diante do impasse, sugeriu que a diferenciação dos atos e procedimentos fosse feita a partir do uso de letras minúsculas. O Sr. Helder ratificou seu posicionamento a favor da votação. A Sra. Andréa questionou se os órgãos ambientais teriam fôlego para promover a integração disposta na proposta de resolução e a Sra. Leila respondeu que os mesmos deverão buscá-lo, não devendo ser isto uma preocupação do CNRH, considerando o princípio da publicidade. O Sr. Altamirano disse que a informação seria fundamental para não se perder a licença, já que neste caso a outorga seria revogada, mas que seria importante um aviso de vencimento da licença. A Sra. Leila lembrou que já existem estados que integram os procedimentos de Licenças e Outorgas. O Sr. Leonardo ponderou sobre a necessidade da proposta de resolução ser aberta, para não ferir os procedimentos estaduais já adotados. A Sra. Leila relembrou a importância da manifestação prévia, sendo uma garantia para o empreendedor, não sendo somente para captação e lançamento, mas também para as obras. Concluindo a discussão, foi dado encaminhamento à votação para aprovação da proposta de resolução, sendo 6 votos a favor 2 contra, (MT e MIn). Assim, a Sra. Leila parabenizou o grupo pelo trabalho e restaurou os encaminhamentos internos, sendo um Ofício para a CTIL e outro para o CONAMA, e lembrou a apresentação da CTPOAR no dia 03/12 na Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental do CONAMA, sobre o tema, para a qual solicitou o apoio do Sr. Roberto, por este ser Conselheiro Honorário do CONAMA. O Sr. Helder comentou que o tema não seria discutido nessa reunião da CT de Controle e Qualidade Ambiental e sim na posterior, e que iria para o GT do CONAMA. Continuando registrou sua discordância com a definição proposta por dizer que seria um ato e gostaria que fosse definido para o procedimento. Em consideração aos membros do GT presentes à reunião, a Sra. Leila consultou se estariam de acordo com a diferenciação “entre letras” para atos (letra maiúscula) e procedimentos (letra minúscula), os quais todos apoiaram a sugestão. Após o intervalo de almoço a reunião foi restabelecida às 14h50, com a discussão do *item 6 – Análise da proposta de resolução que trata do reuso direto não potável de água. Discussão quanto a necessidade de outorga de direito de uso de recurso hídrico, conforme solicitação da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia – CTCT*. O Sr. Roberto iniciou a discussão opinando que não deveria existir outorga específica para o reuso e sim uma outorga global que envolvesse todos os procedimentos desde a captação até ao lançamento. O Sr. Altamirano apresentou exemplo de seu estado, onde os irrigantes solicitaram água de reuso proveniente da empresa de

abastecimento público, que oficialmente garantiu a vazão. A Sra. Leila lembrou que se a água de reuso for transposta para outra bacia, isso implicará em impacto no balanço hídrico, motivo pelo qual apóia a necessidade de outorga. Complementarmente o Sr. Altamirano lembrou que, em caso de sistema fechado, isso não seria problema. O Sr. Roberto comentou a respeito do exemplo da Bahia, onde, a água de reuso seria um subproduto da empresa de abastecimento público, e ela poderia comercializa-lo por intermédio de um contrato. Neste momento foi realizada a leitura do texto da proposta de resolução. O Sr. João Marcelo (FUNASA) relatou que a minuta de resolução já teria sido encaminhada e posteriormente retirada de pauta na CTIL, devido a modificações sugeridas. O Sr. Leonardo comentou a necessidade de definições de reuso para que o corpo hídrico não seja utilizado somente como corpo de diluição. A Sra. Leila disse que, como cidadã e técnica, teme o reuso de efluentes aplicado para a agricultura pela contaminação que poderá causar ao solo e aos aquíferos. O Sr. Altamirano mencionou sobre o estímulo que uma empresa que faz reuso precisaria obter, a partir de abatimentos, com relação a alguma que não o faz, principalmente na região do semi-árido. A Sra. Leila perguntou a todos quais seriam as propostas que a CTPOAR poderia apoiar. O Sr. Roberto questionou se caberia ou não uma nova outorga para o reuso, e atentou para o cuidado de não se transformar o corpo de água em bacia de decantação. O Sr. Leonardo comentou que o processo seria sim sujeito a outorga total em função do reuso. A Sra. Leila disse que a dificuldade seria na “contabilidade” da água do reuso captada no corpo hídrico ou lançada de modo difuso na rede, podendo ocorrer um descompasso no balanço hídrico, uma vez que o usuário poderia ceder esse subproduto para outra bacia hidrográfica. O Sr. Roberto comentou que todos teriam razão, pois entende que, havendo reuso, toda outorga deverá ser revisada. Complementando, o Sr. Leonardo disse que os novos empreendimentos deveriam ter todos os seus aspectos de reuso incluídos na outorga. O Sr. Altamirano lembrou como seria realizada a cobrança já que esse instrumento estaria conectado à outorga. E mais uma vez o Sr. Leonardo reforçou sua manifestação sobre a necessidade de todos os aspectos de reuso serem incluídas na outorga, facilitando assim a cobrança. O Sr. Roberto ponderou sobre uma dúvida jurídica referente ao momento pós captação, onde a água passaria a não ser do poder público, assim podendo ser comercializada, sem ser submetida a alguma aprovação do mesmo. O Sr. Leonardo lembrou que a outorga de direito de uso não dá o direito de propriedade. A Sra. Leila pontuou sobre os cuidados com a mudança na finalidade do uso da água, quando da solicitação da outorga. O Sr. Leonardo disse que, no caso de água de reuso para fins de abastecimento necessitaria de um acordo com o órgão de abastecimento. A Sra. Maria de Lourdes comentou sobre a vinculação da outorga à qualidade da água e à sua finalidade, quando do reuso, sendo que isto implicaria em alteração do foco da outorga dada para uma vazão de captação, que a princípio não seria modificada pelo reuso. A Sra. Leila disse que em casos de implantação do reuso, poderá haver necessidade de um tratamento diferenciado, em função do uso assim como uma retificação da outorga inicial. A Sra. Rosa ratificou a opinião da Sra. Leila e lembrou que, no caso, as “outorgas” estão em um sistema. A Sra. Leila relembrou da alteração no balanço hídrico caso a captação ocorra em uma bacia e seja lançada em outra, e para tanto será necessário conhecer todos os pontos de lançamento para a retificação da outorga. O Sr. Fred citou a dificuldade na diferenciação entre uso comum ou uso dominical, bem público ou privado. O Sr. Rogério (SRH/MMA) apontou a necessidade de se estimular a cultura de 100% do reuso da água. A Sra. Leila manifestou que o importante seria a “contabilidade”, sendo que o reuso é apresentado no fluxograma do processo. Apontou que para o reuso cabe outorga nas formas: 1) retificação, tanto para empreendedor privado ou público, havendo alterações na sua outorga, a partir do balanço hídrico e os pontos de lançamentos, em uma mesma sub-bacia 2) uma nova Outorga, quando um usuário a partir do reuso ceder essa água para um outro usuário muito a jusante em outra sub-bacia. Diante da colocação a Sra. Maria de Lourdes questionou sobre qual seria a vazão

300 outorgável para o empreendedor. O Sr. Rogério mencionou que seriam necessárias outras
301 resoluções e não somente essa em discussão para a aplicação do assunto. O Sr. Altamirano
302 advertiu que qualquer mudança de finalidade deveria ser informada ao órgão gestor para
303 retificação da outorga, isso porque na Lei nº 9433/97, vincula-se a finalidade às penalidades.
304 O Sr. João Marcelo mencionou que o custo de tratamento de uma água de reuso poderia ser
305 repassado para o usuário demandante e ponderou sobre quem necessitaria de outorga, se o
306 comprador ou o vendedor. O Sr. Altamirano lembrou que não se pode multar quem não
307 possui outorga. O Sr. João Marcelo e a Sra. Célia ponderaram sobre as questões de
308 competência quanto a parte do Ministério do Meio Ambiente e da Saúde. A Sra. Leila
309 comentou sobre a necessidade de um amadurecimento do assunto referente a nova outorga ou
310 uma retificação e que o fato mereceria uma consulta ao setor jurídico dos órgãos de origem.
311 Assim, solicitou contribuições, ainda deixando como lembrete o questionamento sobre qual
312 seria o impacto da retirada de um grande lançamento de efluentes de rio, que contribuiu como
313 parcela de volume desse rio utilizado por outros usuários? A Sra. Rosa complementou
314 prevenindo sobre a necessidade se trabalhar na questão do plano de bacia. Finalizada a
315 discussão, os membros da CTPOAR acordaram as datas indicativas das próximas reuniões da
316 câmara, para até junho de 2005, sendo sempre de dois dias, considerando as reuniões do GT
317 PL1616-Outorga: 16 e 17/02, 16 e 17/03, 18 e 19/04, 18 e 19/05 e 15 e 16/06. A Sra. Leila
318 encerrou os trabalhos da 39ª Reunião da CTPOAR às 17h30 agradecendo a presença de todos,
319 ratificando a necessidade de participação para análise da proposta de resolução do Plano de
320 Utilização da Água na Mineração e de Reuso e desejando boas festas.
321 Ata aprovada na 40ª reunião, realizada em 22 de fevereiro de 2005.

322
323
324
325 LEILA DE CARVALHO GOMES
326 Presidente da CTPOAR
327

328
329
330 RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
331 Relatora da CTPOAR